

-----A C T A-----

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 3 DE JULHO DE 2006-----

-----Aos três dias do mês de Julho de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito à Rua Cinco de Outubro, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre e José Carlos da Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----O Sr. Presidente que distribuiu pelos restantes autarcas as cópias de duas reclamações e um parecer jurídico, respeitantes ao concurso para concessão da Casa de Chá da Zona Norte, promovido pela ALDESC, EM.-----

-----Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que perguntou já está feita a homologação do concurso para Veterinário Municipal e porque demora tanto.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que solicitou pareceres jurídicos com destino a efectuar o despacho com a devida ponderação.-----

-----A mesma Vereadora perguntou o motivo do novo autocarro dos TUA não funcionar, ao que o Sr. Vereador José Carlos Silva respondeu que se aguarda motorista da Rodoviária do Tejo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que na Rua de S. José,

em Fazendas de Almeirim a Câmara está a encanar uma vala de forma assustadora, em zona recorrentemente inundada por enorme caudal, em cujo trabalho se fizeram dois ângulos rectos em sentidos opostos entre si, num leito de vala com trinta centímetros de altura por um metro e vinte de largura, que vai ficar tapada, frente à escola e a habitações. Perguntou quem dirige aquela obra e se foram pedidos parecer e autorização ao INAG porque, mesmo se não carecer de autorização, quem determinou aquele trabalho não percebe nada de linhas de água, ou está a projectar um acidente, em caso de caudais torrenciais.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que os funcionários responsáveis pelo serviço perceberão o que estão a fazer e tiveram o cuidado de calcular as possibilidades de funcionamento.-----

-----A Sr^a Vereadora perguntou quem são os responsáveis e o Sr. Presidente referiu o Sr. Eng^o Rocha Pinto e o encarregado Grilo.

-----Disse a mesma autarca que, no mandato anterior, tinha sido aprovada a requalificação do Centro Cívico de Fazendas de Almeirim e o Sr. Arquitecto informou à altura que seriam consultados todos os proprietários e haveria permutas de terrenos a efectuar, a fim de configurar a nova sede da Junta de Freguesia. Porém está lá a ser construído um parque de estacionamento e mal. As pessoas da zona estão revoltadas porque o terreno junto à escola foi negociado com a Câmara, com fins de utilidade pública e está a ser feita uma construção, sem placa anunciadora do licenciamento e considera que devem ser respeitadas as regras próprias para uma construção junto duma escola. E pediu mais informação sobre todo este processo, porque o terreno já está vedado e não há placa indicativa de obras.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que o que se está a ser feito no Centro Cívico de Fazendas de Almeirim é o que foi aprovado pela Câmara. Os terrenos a permutar com os particulares têm áreas diferentes mas a Câmara não ficou prejudicada e a troca foi proposta pelo Sr. Arq^o Sampaio. O parque de estacionamento não é definitivo e, como não existem possibilidades imediatas para

fazer a nova sede da Junta de Freguesia, aproveitou-se aquele espaço provisoriamente. Não trocamos terrenos de forma prejudicial para a autarquia e a vedação aludida não configura o início de uma construção, mas a vedação do terreno onde vai ser construído o edifício, com projecto do Arqº Sampaio, que será aprovado a seu tempo, sendo a execução exactamente o mesmo que estava planeado.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que falou com um munícipe de Fazendas de Almeirim que lhe disse não estarem ainda resolvidas as questões de propriedade dos terrenos.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha perguntou sobre a titularidade dos terrenos da escola, ao que o Sr. Presidente respondeu que ainda não foi efectuada a escritura de transmissão a favor da autarquia e o processo está na posse do consultor jurídico, por necessitar a sua intervenção.-----

-----Acrescentou a Srª Vereadora Manuela Cunha que tomou conhecimento do concurso aberto pela ALDESC para concessão da casa de chá do Parque da Zona Norte e houve reclamações ao acto de abertura de propostas e, se é verdade o que vem escrito nas reclamações, compreende a pressa da ALDESC e lamentou que assim aconteça e que haja reclamações bem fundamentadas contra as posições da empresa.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que, se a Srª ler o parecer dos serviços jurídicos, acabará por retirar tudo o que disse. Quando se fala sem se documentar, diz-se asneiras atrás umas das outras, como foi aqui feito. Qualquer notícia carece que o ouvinte se informe da verdade dos factos e acrescentou que a actuação da Srª Vereadora não é a mais correcta.-----

-----Disse o mesmo Vereador Pedro Santos que soube, através da Assembleia de Freguesia de Almeirim, que uma senhora da Tapada solicita há algum tempo a demarcação de um lugar de estacionamento para um munícipe hemodializado, e perguntou da possibilidade de deferimento, o que vai ser analisado.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse que, inquirido sobre o

mesmo assunto pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, não se recorda de ter sido apresentado qualquer pedido nesse sentido.--

-----Referiu igualmente o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos as queixas de munícipes de Fazendas de Almeirim de um ruído pronunciado e perguntou se foi autorizada alguma rave, o que foi respondido negativamente.-----

-----O mesmo Vereador referiu o concurso para atribuição da concessão da casa de chá da Zona Norte, onde se verificou uma reclamação de um concorrente e lamentou que a Câmara ainda não tenha sido informada do concurso, lamentando igualmente ter dado o seu voto favorável à transmissão da gestão corrente do equipamento à ALDESC e que foi utilizado para a promoção do concurso.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu, a propósito das intervenções dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos, que a proposta de transferência da gestão dos espaços e equipamentos desportivos mediante Protocolo, foi aqui fundamentada pela necessidade de operacionalizar aqueles equipamentos, a fim de que todos funcionassem a pleno. E para a casa de chá funcionar foi efectuado o necessário concurso, a que se deu toda a transparência e a alegada pressa não se baseia em processos menos claros: foram consultados cinco concorrentes, o concurso decorreu com toda a legalidade, com a intervenção do consultor jurídico e o móbil da questão é a diferença de valores oferecidos pelos concorrentes. Na base de evidente transparência, os candidatos tiveram o direito de reclamar e serem analisadas as reclamações.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que os concorrentes têm de ser classificados segundo os critérios publicitados no início do concurso e referiu a queixa de uma empresa.-----

-----O Sr. Vice-Presidente perguntou à Sr^a Vereadora se tem procuração dessa empresa para a representar e respondeu que a situação não é exactamente como está a ser invocado e foi seguida por todos os membros da empresa e pelo advogado. E acrescentou que a Sr^a Vereadora fez acusações veladas, deixou

subentender coisas e ele, Vice-Presidente, não alinha nessas coisas nem aceita insinuações que não fiquem bem esclarecidas.--

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos reiterou que, com as suas palavras, só lamenta não ter sido informado do lançamento do concurso, o que podia ter sido uma mera informação, já que sabia que o mesmo iria ter lugar. Não põe em causa as pessoas nem levanta suspeições de nada e não pretende que as suas afirmações sejam contextualizadas dentro da afirmação da Sr^a Vereadora Manuela Cunha. Também não está a pedir que a ALDESC comunique ao executivo todo o seu trabalho, o que seria ridículo.-----

-----O Sr. Vice-Presidente salientou que não pode aqui trazer todas as iniciativas que a ALDESC tenha de promover no âmbito da gestão de que está encarregue e algumas informações prestadas revestem a forma duma cortesia perante o executivo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha lembrou que foi dito pelo Sr. Presidente que o subsídio concedido para as provas de ciclismo e cicloturismo da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim era do mesmo valor que o do ano anterior, mas foi apenas metade desse valor.-----

-----O Sr. Presidente disse que o referencial do subsídio era o do ano passado e, para além disso, as colectividades não podem promover provas a contar só com os subsídios da Câmara. O Sr. Vice-Presidente referiu que a proposta do Sr. Presidente se baseou no restante apoio material concedido.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos ponderou que, em consequência da deliberação da CULT o projectado contrato de higiene, saúde e segurança no trabalho não será efectuado, o que foi confirmado pelo Sr. Presidente.-----

-----Perguntou também se já existe informação quanto ao caudal e fontes de poluição da vala do Tejo, o que foi respondido negativamente.-----

-----Perguntou o mesmo autarca qual o resultado da intervenção junto da empresa adjudicatária da manutenção dos espaços verdes.

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva comunicou que foram contactados os representantes de Vibeiras e da empresa subempreiteira, que se deslocaram aos locais onde os espaços verdes apresentam estragos, juntamente com o representante da Câmara e foram constatadas sobretudo acções de vandalismo, manipulação não autorizada nos aspersores e parasitas. Foi concedido o prazo de quinze dias para apresentarem resultados de recuperação, sob pena de rescisão do contrato e já se estão a verificar melhorias.-----

-----Ainda o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos deixou, para reflexão, a constatação de que tem aumentado a criminalidade no Concelho e, apesar do reforço em meios humanos e materiais da GNR, não se tem verificado a sua diminuição, com assaltos a dois bancos e tráfico de droga. O Sr. Presidente contrapôs que os furtos em viaturas estacionadas diminuíram e a Sr^a Vereadora Manuela Cunha acrescentou que no seu bairro essa estatística sai prejudicada.-----

-----O Sr. Vice-Presidente, referindo-se ao ponto agendado pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha na Ordem de Trabalhos, manifestou o seu desagrado e disse que, com a abertura de diálogo que existe entre todos, não gostava de ver discutido na Ordem do Dia um assunto que, apesar de não conhecer, considera uma deselegância pela suspeição levantada e perguntou à Sr^a Autarca se não quer retirar o ponto referente a incompatibilidade e conflito de interesses gerados pelas funções autárquicas, adiantando que poderia o próprio propor a sua retirada da Ordem de Trabalhos.--

-----A Vereadora interpelada disse que o agendamento de assuntos é um direito concedido por lei, não está previsto que alguém lho possa retirar e, salvo o erro reportado aos aludidos documentos, quer aqui hoje um esclarecimento, acrescentando que quem não deve não teme. E perguntou se os Srs. temem.-----

-----À pergunta do Sr. Vice-Presidente se não deseja expor o assunto no Período Antes da Ordem do Dia a autarca respondeu que só usa este período para questões menores e agendou o assunto para a Ordem do Dia a fim de dar tempo para se prepararem e, por

isso, não vai retirar a sua proposta. E, dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente, acrescentou que não deve ter medo porque não tem a ver consigo.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse não perceber o alcance, a menos que esteja a funcionar para a comunicação social, ao que a Sr^a Vereadora respondeu que o Sr. mandou o Contrato-Programa com a ALDESC com valores trocados e vem-lhe dizer o que deve fazer. Está a utilizar o seu direito e quer uma resposta.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi novamente presente o requerimento de Leonel de Matos Martinho do Rosário solicitando autorização para vender os lotes setenta e oito e oitenta e nove da Zona de Actividades Económicas, propriedade das empresas de que é sócio-gerente, Santécnica, Engenharia e Construção, Ld^a e Eninve, Engenharia e Investimentos, Ld^a a uma empresa italiana. É acompanhado de esclarecimento segundo o qual se trata de uma actividade não poluente de fabricação de selos de certificação de qualidade de carne, com reciclagem dos resíduos de produção e com sujeição às imposições legais autárquicas e nacionais.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a transmissão dos lotes, com a cobrança da compensação a que se refere o número cinco do Artigo cinquenta e quatro do Regulamento da Zona da Actividades Económicas, no valor de cinquenta mil quinhentos e dezasseis euros e setenta e seis cêntimos, correspondente a cinquenta por cento do preço de aquisição, valor a vigorar até onze de Outubro próximo.-----

-----Absteve-se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que justificou a sua posição pela mesma razão de sempre e, tendo sido pedido um esclarecimento ao requerente, a resposta devia ser incluída na Ordem de Trabalhos, com a documentação para análise. Encontrase, mais uma vez, perante o facto de não poder analisar por si própria se esta actividade industrial tem cabimento na nossa

Zona de Actividades Económicas, ao abrigo da legislação em vigor.-----

-----HIPOTECA - Foi presente o requerimento de José Manuel da Silva Patrício solicitando certidão com destino ao termo de cancelamento da hipoteca do seu prédio sito no lote três da Rua Joaquim da Conceição Rodrigues, em Almeirim, em virtude de ter procedido ao pagamento da dívida que deu origem à mesma.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----LEASING DE EQUIPAMENTO CATERPILLAR - O Sr. Presidente propôs a inclusão na Ordem de Trabalhos do presente processo, o que foi deferido.-----

-----Disse o Sr. Presidente que existe urgente necessidade de uma máquina retroescavadora, para a realização de trabalhos a cargo dos serviços municipais, pelo que foi consultado o representante da marca, Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, SA e foi considerado preferencial o equipamento Caterpillar três mil e cinquenta e quatro CT, pelo preço de cinquenta e sete mil euros mais IVA.-----

-----Propõe, por isso, a locação financeira deste equipamento, para a qual deve ser aberto concurso limitado sem apresentação de candidaturas, preferencialmente com rendas trimestrais e pelo preço de três anos.-----

-----O executivo concordou, por unanimidade.-----

-----5 DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----BIOMASSA ENERGÉTICA - O Sr. Presidente deu conhecimento ao executivo da carta da Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA, comunicando o seu interesse em participar no concurso público para atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do sistema eléctrico de serviço público e ponto de recepção

associado para energia eléctrica produzida em central termoeléctrica a biomassa florestal, no distrito de Santarém, até seis MVA.-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - O executivo tomou conhecimento da comunicação da ANMP que capeia a Resolução aprovada em reunião do Conselho Geral, que faz o ponto da situação sobre as conversações com o Governo, em relação aos principais temas da actualidade autárquica.-----

-----PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do PCP que acompanha cópia da resposta do Governo ao requerimento apresentado pela sua deputada do distrito, sobre Acessibilidades no Concelho da Chamusca - IC três.-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar as despesas com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-----

-----CRIAL - quatrocentos e noventa e três euros e cinquenta e três cêntimos; Jardins de Infância de Fazendas de Almeirim - cento e oitenta e cinco euros e nove cêntimos; Jardim de Infância de Foros de Benfica - cinquenta e nove euros e dezoito cêntimos; Jardim de Infância Conde Sobral - quatrocentos e seis euros e oitenta e um cêntimos; Escola Básica P três - quatrocentos e cinquenta e dois euros e quinze cêntimos; Escola Básica de Benfica do Ribatejo - cinquenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos; Escola Básica da Tapada - cento e seis euros e setenta cêntimos; Escolas P três e Tapada - oitenta e cinco euros e dezanove cêntimos; Escolas de Foros, Benfica e Cortiçóis - cinquenta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos; Escolas de Paço dos Negros e Número dois de Fazendas - quarenta e oito euros e sessenta e oito cêntimos; Escolas de Marianos e Raposa - trezentos e setenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos; USAL - mil e trinta e oito euros e setenta e oito

cêntimos; Escola Sá da Bandeira, de Santarém - quatrocentos e sessenta euros e cinquenta e três cêntimos; D. Manuela Evangelista - mil cento e sessenta e um euros e quarenta e sete cêntimos; Marcha de Benfica - quinhentos e vinte euros e trinta cêntimos; Orfeão de Almeirim - cento e sessenta e nove euros e vinte e nove cêntimos; Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim - duzentos e setenta e sete euros e vinte e dois cêntimos; Rancho Folclórico Infantil de Fazendas de Almeirim - setecentos e noventa euros e dezoito cêntimos; Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo - cento e setenta e um euros e setenta e sete cêntimos; Centro Paroquial de Almeirim - duzentos e vinte euros e quinze cêntimos; Centro de Dia de Fazendas de Almeirim - cinquenta e dois euros e vinte e seis cêntimos; Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim - duzentos e quarenta e seis euros e quarenta e sete cêntimos; Ex-Combatentes do Ultramar - cento e cinquenta euros e noventa e oito cêntimos; Lar de S. José - quinhentos e treze euros e setenta cêntimos; Casa de Repouso de S. João Baptista - oitocentos e dezassete euros e um cêntimo; ALDESP - mil cento e quarenta e nove euros e vinte e oito cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim - mil duzentos e setenta e quatro euros e treze cêntimos; Junta de Freguesia de Almeirim - duzentos e trinta e quatro euros e trinta e dois cêntimos; Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim - quinhentos e três euros e trinta e três cêntimos; Confraria de Almeirim - duzentos e seis euros e sessenta e um cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço da Câmara - seis mil e quarenta e seis euros e setenta e seis cêntimos.-----

-----CONSUMO DE ÁGUA - Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social contextualizando a situação do agregado familiar de João Manuel Sequeira Branco, residente na Rua Direita, em Foros de Benfica, que detém uma dívida de consumo de água da quantia de quinhentos e cinquenta e nove euros e trinta e dois cêntimos e que, alegadamente, não tem possibilidade de cumprir.-----

-----A Câmara deliberou julgar em falhas metade da dívida e

efectuar um novo plano de pagamentos para cumprimento do restante, devendo a água ser reaberta após o pagamento da primeira prestação.-----

-----PISCINAS MUNICIPAIS - A pedido da Equipa de Intervenção Precoce, a Câmara deliberou autorizar a utilização das Piscinas Municipais no ano lectivo dois mil e seis/dois mil e sete, às segundas-feiras, das catorze e trinta às dezasseis horas, para adaptação ao meio aquático.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido do Comité Português para a UNICEF, a Câmara deliberou conceder a transferência mensal de cinquenta euros, com destino à sua actividade.-----

-----COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou, por unanimidade, transferir para as Juntas de Freguesia do Concelho o montante das despesas efectuadas com as comemorações do Vinte e Cinco de Abril, respeitantes ao ano de dois mil e seis, dos seguintes valores:--

-----Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim - três mil setecentos e onze euros e trinta e três cêntimos; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo - mil quinhentos e sete euros; Junta de Freguesia de Almeirim - dois mil seiscentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos; e Junta de Freguesia da Raposa - sete mil duzentos e quarenta e três euros e cinco cêntimos.-----

-----NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL MARQUESA DE CADAVAL - O Sr. Vice-Presidente perguntou se os seus pares têm sugestões às Normas em título, bem como as restantes integradas na Ordem de Trabalhos de hoje, às quais foram introduzidas correcções.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse querer mudar a sua opinião aqui expendida, no tocante a que as presentes normas deveriam tomar a configuração de Regulamento, salientando que

vai aprovar as Normas de todos os equipamentos cuja gestão é transmitida à ALDESC, porque esteve a esclarecer-se e, do ponto de vista formal é a forma mais correcta e mais adequado para os efeitos pretendidos.-----

-----Submetidas a votação, foram as referidas Normas de Funcionamento, Utilização e Gestão da Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval, de Almeirim, aprovadas por unanimidade.-----

-----NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS PISCINAS - Por não existirem propostas de alteração ao respectivo texto o executivo deliberou, por maioria, aprovar as Normas de Funcionamento, Utilização e Gestão do Complexo das Piscinas Municipais de Almeirim, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que apresentará a sua declaração de voto conjunta, na deliberação imediatamente a seguir.-----

-----NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CAMPOS DE TÊNIS - Não se verificando quaisquer alterações, foi submetido a votação o documento em título, tendo o executivo deliberado, por maioria, aprovar as Normas de Funcionamento, Utilização e Gestão dos Campos de Ténis do Município de Almeirim, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Esta autarca justificou: «O meu voto contra não tem a ver com as Normas em si, aqui apresentadas, mas com o facto das tarifas estarem incluídas nelas e estar contra as tarifas a praticar. Tal como no mandato anterior, recuso-me a aprovar o tarifário para estes dois equipamentos sem que o valor destas tarifas tenha sido justificado a este executivo. O valor a praticar deveria ser fixado a partir duma avaliação do custo de cada utente à empresa e depois ponderar a componente social que a Câmara admitisse suportar. Ora, esse custo por utente nunca foi e continua a não ser avaliado, nem o custo do uso individual nem o custo do uso pelas entidades colectivas. Como não consigo lá chegar sozinha, visto que nunca foram facultados os dados necessários para fazer contas por mim própria, não posso aprovar

os valores em causa. Não sei, por exemplo, o custo dos professores, não tenho conhecimento do custo concreto da energia e demais consumos. Mais, alguns dos dados que me foram fornecidos no estudo de viabilidade económica estão diluídos ou não são exactos, por exemplo, o Estudo refere o custo da água nas despesas quando este até agora não foi calculado, porque não foi contabilizado e não é pago à Câmara. Por todas estas razões, continuarei a votar contra qualquer tarifa praticada aos utilizadores destes equipamentos, enquanto a situação não mudar».

-----ROVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DOS CAMPOS DE TÊNIS - O Sr. Vice-Presidente apresentou a sua proposta, que deverá ser remetida à Assembleia Municipal, do seguinte teor:-----

-----'Nos termos da competência prevista pelo Artigo cinquenta e três, n.º dois-a) da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, e no uso da competência conferida pela alínea a) do número seis do Artigo sessenta e quatro da mesma lei,-----

-----Proponho a V. Ex.^a a revogação do Regulamento dos Campos de Ténis, aprovado por esse órgão em sessão de vinte e dois de Junho de dois mil e cinco, em virtude das competências que visa disciplinar terem sido transferidas para a ALDESC, EM, que, ao abrigo da autonomia administrativa de que goza, concedida pelo Artigo segundo da Lei n.º cinquenta e oito de noventa e oito, de dezoito de Agosto, emitiu Normas de Funcionamento do equipamento em causa, aprovadas pelo executivo municipal em reunião de três de Julho em curso'.-----

-----A Câmara deliberou aprovar a Proposta, por unanimidade.-----

-----CLASSIFICAÇÃO DA TÍLIA LOCALIZADA NO CEMITÉRIO DE ALMEIRIM - A Sr.^a Vereadora Manuela Cunha justificou a sua proposta de agendamento na Ordem de Trabalhos com vista à Classificação da Tília localizada no Cemitério da freguesia de Almeirim, a qual,

pela sua idade e porte já integra a memória colectiva deste Concelho. Para tal propõe que seja requerida à Direcção Geral de Recursos Florestais a declaração de interesse público, nos termos do parágrafo único do Artigo primeiro do Decreto-Lei número vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e oito, de quinze de Fevereiro de mil novecentos e trinta e oito. E acrescentou que não concorda que o assunto, ao ser exposto à Assembleia Municipal baixe à Comissão porque a competência é daquele órgão e isso é mais uma maneira dos eleitos ganharem mais uma senha de presença. O que está em causa é a valorização de um património pelo qual o público manifesta simpatia.-----

-----O Sr. Presidente referiu que esta proposta não está correctamente formulada e deveria ser remetida à Junta de Freguesia de Almeirim, porque o Cemitério foi transferido para aquela autarquia, para além de que o assunto deve ser posto à Assembleia Municipal.-----

-----A mesma autarca disse que, como Vereadora, é-lhe muito difícil ter conhecimento do património da autarquia porque desconhece as transferências de património efectuadas. Afirmou ainda que desconhece o Património da autarquia porque ainda não foi apresentado à Câmara e à Assembleia Municipal neste mandato ou no mandato anterior. E mesmo que a entidade gestora ser outra, não há impedimento que seja pedida a classificação e acrescentou que se a Assembleia Municipal concordar, poderá resultar maior impacto ao pedido-----

-----O Sr. Presidente disse que, não tendo vindo a essas reuniões as pastas com o Património, visto que os elementos patrimoniais são uns tantos mil, isto foi referido nas respectivas reuniões, não tendo sido pedidas provas de tais elementos, pelo que se julga ter a justificação sido aceite.----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro salientou que acha graça que se faça uma tempestade num copo de água: a tília está há décadas no Cemitério, tem sido bem tratada - e a prova disso é esta proposta - e será a coisa mais normal do mundo que assim o continue a ser, apesar de, a respeito, a Sr^a andar na Assembleia

Municipal a dar ordens à bancada.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que lhe custa que sejam os dinheiros públicos que vão pagar mais uma senha de presença ao Manuel Luís Bárbara para, em comissão especializada, vir a conhecer a Tília do Cemitério.-----

-----O Sr. Presidente disse que, por si, espera pela proposta da Assembleia Municipal e o pedido deve passar através da Junta de Freguesia, independentemente de votar a favor.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que a deliberação fica desprovida de utilidade até a Assembleia Municipal se pronunciar, até do ponto de vista do respeito pelo órgão.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse concordar com esta posição, contudo, o problema é que se o assunto não for aprovado, a Sr^a Vereadora vai fazer um comunicado à imprensa a acusar o executivo de segundas intenções.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse estar a favor da proposta e fez votos para que a tília consiga resistir à emoção.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha repetiu que lamenta que a Assembleia Municipal gaste dinheiro público a reunir a Comissão, a ganhar senhas de presença, de um assunto que é da competência da própria Assembleia. E declarou registar a atitude e o argumento.-----

-----Posta à votação foi a proposta aprovada por unanimidade.---

-----O Sr. Vice-Presidente declarou que votou a favor para não dar à Sr^a Vereadora a oportunidade de ir acusar para os jornais que está contra a árvore, como aconteceu com o Paço Real.-----

-----INCOMPATIBILIDADES E CONFLITOS DE INTERESSES GERADOS PELAS FUNÇÕES AUTÁRQUICAS - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que requereu o agendamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, invocou o Artigo primeiro, número dois, alínea f) da Lei número sessenta e quatro de noventa e três, de vinte e seis de Agosto, com a redacção dada pela Lei número vinte e oito de noventa e cinco, de dezoito de Agosto, que regula o exercício de funções

dos presidentes e vereadores a tempo inteiro das câmaras municipais, bem como o Artigo oitavo da mesma Lei, que impede que as empresas detidas por titulares de órgãos políticos, seus cônjuges não separados de pessoas e bens ou descendentes, de participarem em fornecimentos de bens ou serviços. Na Prestação de Contas do Ano de dois mil e cinco, a páginas cento e oito, está relacionada uma dívida da Câmara para com Morais, Higiene e Limpeza, Lda. Posto o que, dado que a empresa é do marido da Sr^a Vereadora Joana Silvestre, gostaria de formular algumas perguntas que têm por base a primeira questão: Se a referida Vereadora está casada com separação de bens, porque, nesse caso, nada tem contra. Se não está, a Lei impede qualquer tipo de negócio entre a Câmara e a respectiva empresa e levanta-se uma questão ética. Tem ainda conhecimento que muitos produtos de higiene são distribuídos nas escolas e, para os pagar, a Câmara transfere verbas para as Juntas de Freguesia e, tendo a Vereadora o pelouro da Educação, não fica bem. É uma questão ética e a própria Câmara pode delimitar o registo de interesses proposto na Lei.-----Para além disso quer saber se tem havido negócios com a mesma empresa, com carácter permanente.-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre respondeu à Sr^a Vereadora Manuela Cunha que 'não se preocupe, eu passo a meio tempo'. E acrescentou que já tinha notado na sua par um comportamento diferente, que até deixou de a cumprimentar. Mas não consegue tirar-lhe aquilo que tem, que é a simpatia e a amizade dos munícipes deste Concelho.-----

-----O Sr. Presidente referiu que perguntou sobre esta situação ao Dr. Victor Batista no mandato anterior, que lhe disse que não via incompatibilidade e impedimento. Dado que a situação mudou, vai pedir um parecer escrito.-----

-----O Sr. Vice-Presidente perguntou à Sr^a Vereadora Manuela Cunha, perante a gravidade deste assunto, se não merecia que os restantes membros fossem informados anteriormente.-----

-----A interpelada respondeu que, para si, está em causa

sobretudo ética dos autarcas.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre disse que a empresa já fornecia material à Câmara muito antes de ela ser Vereadora e sempre forneceu.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que é seu dever e tem sido sua prática desde que foi eleita, zelar pelo rigor da gestão pública no cumprimento da lei e tem sido polémica, não têm gostado.-----

-----O Sr. Presidente acrescentou que também não foi ético incluir este assunto na Ordem de Trabalhos sem informar os seus pares.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre disse que não está nada preocupada.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que muitas mais coisas colocaria se lhe prestassem mais contas do que se passa nesta Câmara.-----

-----PAÇO REAL DOS NEGROS - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou em que ponto da situação está o processo de escavações arqueológicas de Paço dos Negros, ao que o Sr. Presidente respondeu que, no âmbito do concurso foram convidadas cinco ou seis empresas para o concurso limitado, que está em fase de adjudicação.-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - No Período do Público usaram da palavra:-----

-----UM munícipe que solicitou que a serventia comum, particular, junto à Quinta da Acácia, na Estrada do Moinho de Vento, em Almeirim, passe a municipal.-----

-----E Sr. Manuel Lucas, que perguntou se é permitido destruir os ninhos de andorinhas, findo o período de nidificação das aves, tendo-lhe sido indicado que a GNR dispõe de nova componente na área do ambiente, que poderá responder à questão; referiu ainda que as trepadeiras do Jardim da Biblioteca não

tiveram limpeza, bem como as árvores no mesmo local, existem bancos de jardim partidos, que as oliveiras e eucaliptos na Zona Norte devem ser protegidos; no interior do pátio da Câmara os degraus dificultam a mobilidade; e que por ocasião das Festas da Cidade, os sinais de trânsito obrigam ao aumento desnecessário do percurso, por impedimento de algumas artérias.-----

-----Às dezassete horas e trinta e cinco minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição